



**Soberania Alimentar e o Direito Humano
à Alimentação Adequada - DHAA**

**Contextualização da Segurança
Alimentar e Nutricional
no Estado da Bahia**

**A abrangência da Segurança
Alimentar e Nutricional**

**Políticas Públicas de Segurança Alimentar e
Nutricional**

Expediente

SAN em Rede é uma publicação independente, voltada para a divulgação das Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional no Estado da Bahia, e o acompanhamento do cumprimento efetivo do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Jornalista Responsável ::
Roberta Fagundes - DRT 2287-BA

Projeto Gráfico, Arte e Textos ::
Adriana Gaspari

Divulgação :: publicação eletrônica
[formato PDF]

Periodicidade :: bimestral

Contatos

Tel :: (0xx71) 8806 4357 / 9103 3672

robertafagm@gmail.com

drigaspari@yahoo.com.br

O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) é um direito inerente a todo ser humano. Desde 2004, o Conselho da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) aprovou por unanimidade as diretrizes sobre o direito à alimentação, que abarcam desde o desenvolvimento econômico à cooperação internacional, inaugurando um importante passo para o reconhecimento legal e a realização efetiva desse direito. A FAO estima que, em 2010, havia 925 milhões de pessoas subnutridas no mundo, sendo 578 milhões na Ásia e no Pacífico.

No Brasil, essa garantia está preceituada na Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 6º, mas muitos passos para essa conquista precisam ser dados. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Segurança Alimentar, 2009, formulada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou que no Brasil 17.738 domicílios particulares (30,2%) se encontravam com algum grau de Insegurança Alimentar (IA), o equivalente a 65,6 milhões de pessoas. Isso significa que essas pessoas não possuem acesso físico, social ou econômico aos alimentos.

Por sua vez, quando as pessoas têm acesso regular e permanente a alimentos nutritivos para satisfazer suas necessidades alimentícias e suas preferências, a fim de levar uma vida ativa e saudável, sem comprometer outras necessidades essenciais, elas estão em situação de Segurança Alimentar (SA).

Das regiões do país, o Nordeste apresentou a maior concentração de domicílios com situação de insegurança alimentar, 7.085 milhões, sendo 1.773 milhão somente no Estado da Bahia, ficando atrás do Ceará (1.157), Maranhão (1.099) e Pernambuco (1.085).

Diante deste cenário, os marcos regulatórios, as políticas e os planos, o aperfeiçoamento do planejamento das instâncias políticas, os diversos segmentos da sociedade civil, a participação popular, são componentes estratégicos e imprescindíveis para que o nosso país deixe de figurar definitivamente na escala da fome.



Soberania Alimentar e o Direito Humano à Alimentação Adequada

Há mais de duas décadas o Brasil tem se mobilizado por meio de Redes, movimentos sociais, organizações, pesquisadores, agentes públicos, entre outros atores, na direção de implementar proposições, instrumentos e políticas públicas convergentes para a consolidação de um Sistema e de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Os avanços na direção de garantir a soberania alimentar e o direito humano à alimentação adequada podem ser mensurados. Além dos marcos regulatórios construídos com ampla discussão entre governo e sociedade civil, e exemplo da:

a) Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan) (Lei nº 11.346/2006), que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan);

b) Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), instituída pelo Decreto nº 7.272/2010;

c) do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) assegurado na Constituição Federal de 1988, promulgado pela Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010, em seu Artigo 6º, como um direito social.

Destaca-se, ainda, a institucionalização do segmento público para dar conta deste desafio, a exemplo da:

a) criação da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), pelo Decreto nº 6.273/2007, no âmbito do Sisan, instância responsável pela articulação interministerial, na discussão de programas e ações afetos à área da segurança alimentar e nutricional.

Ressalte-se, ainda, programas e ações governamentais integrados em Rede, como: Restaurantes

Populares, Banco de Alimentos, Cozinhas Comunitárias, Feiras e Mercados Populares, Educação Alimentar e Nutricional, acesso à água de qualidade, produção agroecológica integrada sustentável, aquisição e distribuição de alimentos da agricultura familiar, que viabilizam o alcance dessa meta.

Em todo o mundo, a fome é um componente desafiador para as instâncias públicas e as de controle social. Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), 80% das pessoas não têm proteção social adequada, e as desigualdades continuam ascendentes.

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), estima que em 2010 havia 925 milhões de pessoas subnutridas em todo o mundo, sendo 578 milhões somente na Ásia e no Pacífico. A meta 1C “Erradicar a fome entre 1990 e 2015”, do primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio “Erradicar a extrema pobreza e a fome”, pretende reduzir esta cifra até 2015 para 400 milhões de pessoas.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Segurança Alimentar 2009 (PNAD), realizada pelo IBGE, aponta que 30,2% de domicílios particulares no Brasil possuem algum tipo de insegurança alimentar, sendo 18,7% leve, 6,5% moderada e 5,0% grave, isto é, passam pela privação de alimentos, podendo chegar à sua expressão mais grave, a fome.

Em certa medida, esses dados refletem um pequeno crescimento de 4,8% em relação à PNAD de SAN 2004, que apontava que 65% dos domicílios particulares possuíam segurança alimentar. Na PNAD de SAN de 2009, foram detectados 69,8% de domicílios com segurança alimentar, o correspondente a 126.137 milhões de pessoas.

A situação dos domicílios da zona rural é ainda mais delicada, atingindo 35,1% com algum tipo

de insegurança alimentar, sendo 19,6% leve, 8,6% moderada e 7% grave. Em números absolutos, a insegurança alimentar mensurada em 2009, atinge 17.738 domicílios particulares, algo em torno de 65.556 moradores, sendo 53.192 na zona urbana e 12.364 na zona rural.

Levando em consideração as disparidades entre as regiões do país, o Sul aparece com 81,3% de segurança alimentar, seguida do Sudeste com 76,7%. A região Nordeste continua desfavorecida, apontando 53,9%. De igual forma, essa região possui o maior percentual de pessoas com algum tipo de insegurança alimentar, 46,1%.

Em relação ao acesso de alguns serviços pesquisados, a PNAD identificou que, dos domicílios que apresentaram insegurança alimentar grave, somente 32% possuem rede coletora de esgotamento sanitário; 86,7% têm banheiro; 79,2% possuem coleta de lixo, e 75,2% rede geral de abastecimento de água. Outros aspectos evidenciam as disparidades presentes entre os gêneros, composição etária, cor ou raça, escolaridade e renda.

Embora exista a preocupação de se construir uma evolução normativa e instrumentos garantidores de uma institucionalização da segurança alimentar e nutricional em nosso país, não se pode perder de vista os desafios que vêm se materializando nas instâncias governamentais, de controle social, sociedade civil em geral, e em várias partes do mundo.

O primeiro passo para a efetivação de políticas públicas que assegurem os direitos sociais dos cidadãos, entre eles, o da alimentação adequada, se inicia no planejamento governamental. Porém, este torna-se evasivo se não houver o seu efetivo cumprimento.

Ressalte-se que o Brasil possui farta legislação que dispõe sobre os mais diversos direitos sociais. No entanto, em boa medida, não existe a prática do monitoramento e avaliação de seu alcance.

Ainda mais grave é não saber se o planejamento governamental concorre na direção de sanar a falta de atendimento às necessidades básicas dos ci-

dadãos, garantindo o que lhes pertence por direito constitucional.

Nesse sentido, mais do que acompanhar pesquisas, estatísticas, atualizações da mídia sobre a fome no mundo e em nosso entorno, é preciso perseguir a consecução dos acordos firmados, para que se tornem compromissos políticos reais de exigibilidade para garantir a todo cidadão o direito humano à alimentação adequada.

Dados do Conselho da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), aponta que em 2010, havia 925 milhões de pessoas subnutridas no mundo.



Contextualização da Segurança Alimentar e Nutricional no Estado da Bahia

Na convergência do governo brasileiro, especialmente a partir de 2007, o Estado da Bahia apresenta avanços importantes em direção à construção de um Sistema e uma Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Estes instrumentos foram regulamentados pela Lei nº 11.046, de 20 de maio de 2008. A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan) é um componente estratégico de desenvolvimento sustentável e tem por objetivo promover condições ideais nos âmbitos público e privado, para o efetivo implemento de uma política de Estado, que assegure o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Em 2010, o Grupo Governamental de Segurança Alimentar e Nutricional (GGSAN) foi instituído por meio do Decreto nº 12.116, de 07 de maio de 2010, com a finalidade de promover a interlocução dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado da Bahia (Consea-BA), na coordenação da execução da Política e do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

Em 2011, a Bahia sediará a IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, reafirmando o compromisso de garantir aos seus cidadãos o direito humano à alimentação adequada e saudável, objetivo primordial da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

Além das regulamentações imprescindíveis para a consecução da institucionalização da SAN no Estado, o Plano Plurianual 2008-2011 foi construído em um contexto de reestruturação da relação governo-sociedade, promovendo modificações estruturais na condução das políticas públicas voltadas para a transversalidade das ações e para a manifestação popular.

A partir de um estudo minucioso sobre o PPA 2008-2011, constata-se que o Governo Estadual prioriza os avanços na Política de Segurança Alimentar e

Nutricional. Isso pode ser aferido pelo volume de ações e de recursos orçamentários alocados para essa finalidade. Este estudo foi realizado no Perfil da Segurança Alimentar e Nutricional do Estado da Bahia (Gaspari, Fagundes, 2009, p. 29 e seguintes), “A Construção do PPA 2008-2011 na Bahia – Avaliação da Matriz Programática do Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 das ações de Segurança Alimentar e Nutricional”, primeiro mapeamento do Estado da Bahia específico para a aferição de resultados do planejamento estadual de médio e curto prazos afetos à área da segurança alimentar e nutricional.

De acordo com o Perfil de SAN, o PPA 2008-2011 inicial identificou 10 diretrizes estratégicas, 47 programas de governo, com 440 ações interrelacionadas à segurança alimentar e nutricional. Os recursos orçamentários totais programados para todo o Poder Executivo foram R\$ 18.512.231.463,00. As ações classificadas no Perfil como de segurança alimentar e nutricional e/ou convergentes, tiveram recursos alocados no valor de R\$ 3.871.281.200,00, equivalendo a 20,91% da programação do quadriênio.

Anualmente, por intermédio das leis orçamentárias anuais (LOA's) 2008, 2009, 2010 e 2011, esses orçamentos são atualizados em sua programação inicial. Neste informativo, analisaremos a evolução do orçamento e sua execução, destinados à segurança alimentar e nutricional do período 2007, último exercício do PPA 2004-2007, e o período 2008-2011, do PPA vigente.



A abrangência da Segurança Alimentar e Nutricional

Um dos maiores desafios para o acompanhamento da ação governamental na formulação de políticas públicas voltadas para a área da segurança alimentar e nutricional é a sua abrangência. E, por abrangência, entenda-se a intersectorialidade dessas políticas que se articulam com as áreas da educação, meio ambiente, assistência social, agricultura, segurança pública, saúde, tecnologia, justiça, cidadania e direitos humanos etc., isto é, envolve um conjunto de setores e sistemas da Administração Pública, a exemplo do Sistema Único de Saúde (SUS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Em certa medida, a Losan sana parte deste problema ao definir em seu Artigo 2º a abrangência da segurança alimentar e nutricional:

“I - a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, compreendida a água, bem como da geração de trabalho e da redistribuição da renda;

II - a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos;

III - a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos, povos e comunidades tradicionais e populações em situação de vulnerabilidade social;

IV - a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica, racial e cultural da população;

V - a produção de conhecimento e o acesso à informação;

VI - a implementação de políticas públicas e estra-

tégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais”.

Contudo, o desafio persiste em integrar o planejamento estadual voltado para a segurança alimentar e nutricional ao conjunto de áreas e temas afetos à SAN, que se situam como áreas de infraestrutura, meio ambiente, saneamento básico, entre outras, e muitas vezes não são entendidas pelos seus agentes como correlatas à segurança alimentar e nutricional.

Cabe aqui destacar o texto do Consea nacional “A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil” – Indicadores e Monitoramento da Constituição de 1988 aos dias atuais” (novembro, 2010), que faz um estudo apurado sobre as políticas públicas, orçamento e direitos humanos, apresentando a evolução do orçamento da segurança alimentar e nutricional no período 2004-2010 e nos planos plurianuais do Governo Federal.

O texto traz a relação de todas as ações convergentes à segurança alimentar e nutricional com temas que abrangem o abastecimento agroalimentar, economia solidária, ciência e tecnologia, acesso à alimentação, agricultura familiar, alimentação escolar, meio ambiente, comunidades tradicionais, resíduos sólidos, cultura, educação e cidadania, saneamento, água e esgoto, transferência de renda, vigilância e atenção à saúde, entre outros.

Os órgãos envolvidos nesse processo são: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ciência e Tecnologia; Integração Nacional; Trabalho e Emprego; Desenvolvimento Agrário; Educação; Saúde; Meio Ambiente; Pesca e Aquicultura; Cultura (Fundação Palmares); Justiça; Cidades; Secretarias de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Políticas para Mulheres.

**IV CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR
E NUTRICIONAL**

“ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL: DIREITO DE TODOS”



PARTICIPE! SEMEIE ESTA IDEIA.

De 07 a 10 de novembro de 2011, em Salvador, Bahia

Realização: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Site da Conferência: <http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia>

Mais informações: ascom@consea.planalto.gov.br

Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional

O desafio da abrangência da Segurança Alimentar e Nutricional

O desafio de cumprir a exigibilidade de direitos perpassa pela compreensão do que são esses direitos. O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) invoca essa compreensão menos das vítimas da fome espalhadas por todo o mundo, do que dos responsáveis em assegurar que essa exigibilidade seja efetivada.

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional também esbarra nessa dificuldade de apropriação por parte dos cidadãos e dos formuladores das políticas públicas, que muitas vezes não conseguem visualizar o que de fato representa para o indivíduo estar em “situação de segurança alimentar e nutricional”, isto é, as pessoas têm acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.

Identificar e mensurar políticas públicas que afetem diretamente o direito humano à alimentação adequada não se constitui numa simples tarefa. Para tanto, é importante que os formuladores dessas políticas compreendam essa dimensão e sua abrangência, que está longe de se restringir ao consumo de alimentos.

Nesse sentido, para auxiliar essa compreensão tanto dos governos quanto da sociedade civil, listamos a seguir temas e objetivos do planejamento governamental, acreditando ser esse um instrumento importante de sistematização de dados que subsidiarão a formulação da Política e do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado da Bahia.

A seguir, apresentamos os dados da execução orçamentária do Estado da Bahia referente ao período 2007-2010, e a programação orçamentária de 2007-2011 para ações de SAN, detalhando a sua matriz programática e valores alocados para o mesmo período.



Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional

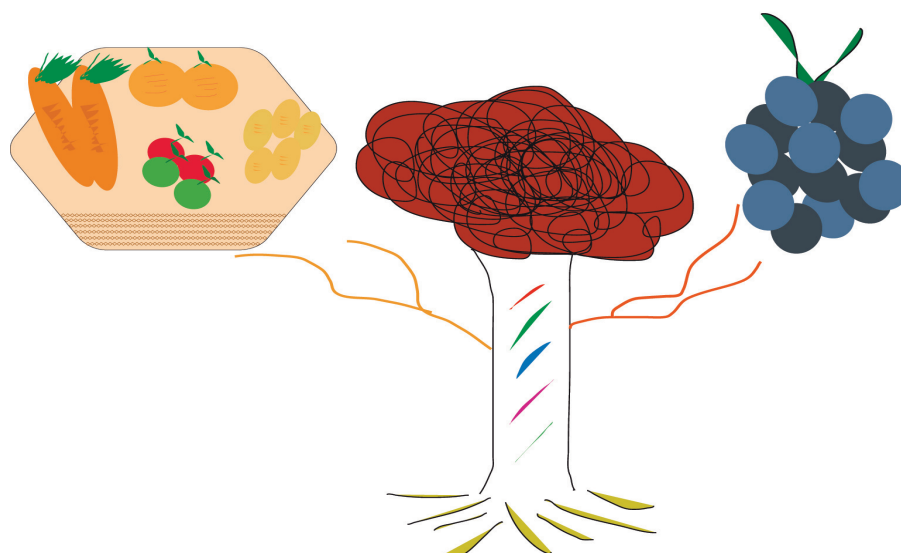
Temas e seus objetivos

Tema	Objetivo
Agricultura Familiar	Desenvolver ações de apoio ao assentamento familiar e à regularização fundiária, visando transformar a realidade rural baiana, democratizando o acesso à terra.
Agroinvestimentos	Fomentar políticas de apoio ao produtor rural, buscando agregar valor à atividade produtiva por meio da redução dos custos, do desenvolvimento da irrigação, do acesso ao crédito e do aproveitamento da mão-de-obra familiar.
Água no Semiárido	Proporcionar o acesso à água em qualidade e quantidade, prioritariamente para consumo humano, na perspectiva de segurança alimentar, nutricional e de melhoria da qualidade de vida, em ambiente salubre, objetivando atender às demandas voltadas para a geração de renda, tais como abastecimento animal, agroindústria, e aqüiculturas diversas.
Alimentação Escolar	Fornecer assistência alimentar para prover as necessidades nutricionais do educando durante sua permanência em sala de aula.
Alimentação a Pessoas Custodiadas	Fornecer alimentação a pessoas custodiadas quando submetidas a apuração de infrações penais.
Arranjos Produtivos Locais – APL's	Desenvolver o potencial e a capacidade produtiva de empreendimentos locais, a cargo de pequenos e médios produtores, empresas, associações produtivas ou instituições correlatas, visando sua inserção nas economias local, regional, nacional e internacional.
Assistência Técnica e Extensão Rural	Promover a qualificação dos produtores rurais, visando melhorar a qualidade de vida no campo, a elevação da produtividade e o desenvolvimento com sustentabilidade e inclusão social.
Atenção Integral à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravo	Incentivar a implementação de linhas de cuidado e políticas de atenção integral às populações estratégicas e em situações especiais de agravo.
Cadeias Produtivas	Engloba o Programa com a mesma denominação, e tem por objetivo apoiar as ações voltadas para o aumento da agregação local de valor à cadeia produtiva e da competitividade da produção baiana nos mercados regional, nacional e internacional.
Ciência, Tecnologia e Inovação	Apoiar e desenvolver projetos e pesquisas potencializadoras do desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação.
Controle Social	Possibilitar o desenvolvimento de ações que estimulem a participação cidadã, permitindo o controle social dos programas governamentais.

Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional

Temas e seus objetivos

Tema	Objetivo
Economia Solidária	Promover o desenvolvimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, inclusão e promoção do desenvolvimento justo e solidário.
Gestão dos Recursos Ambientais	Desenvolver ações voltadas para a gestão ambiental, geração e adoção de tecnologias compatíveis com o manejo sustentável do meio ambiente, permitindo que os processos produtivos se tornem cada vez mais eficientes e ambientalmente corretos.
Gestão dos Recursos Hídricos	Garantir o desenvolvimento e o gerenciamento dos recursos hídricos.
Pesca e Aqüicultura	Garantir a segurança alimentar e nutricional através do incentivo à produção de pescado e ao desenvolvimento da pesca artesanal, maricultura, piscicultura e aqüicultura.
Populações Tradicionais	Garantir a inclusão social das comunidades tradicionais a partir do incentivo à produção de alimentos e geração de renda.
Reforma Agrária	Promover assistência às famílias de agricultores em áreas objeto de reforma agrária, garantindo o direito de propriedade por meio da titulação de imóveis rurais, inserindo-as no processo produtivo.
Saneamento Básico	Ampliar o acesso para os aglomerados urbanos e rurais aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e tratamento de resíduos sólidos.



ESTADO DA BAHIA :: Programação Orçamentária :: 2007-2011

Ações de Segurança Alimentar e Nutricional

Dados do Sistema Informatizado de Planejamento (Siplan) do Estado da Bahia, evidencia a destinação do período 2007-2011, de 20,82% dos orçamentos anuais para ações específicas e correlatas à segurança alimentar e nutricional, considerando a sua abrangência descrita anteriormente.

No período de 2007-2011, as ações finalísticas do Poder Executivo, isto é, aquelas ações que repercutem diretamente na sociedade, tiveram recursos orçamentários de R\$ 22.271.145.334,00, sendo R\$ 4.637.404.405,00 para ações afetas à segurança alimentar e nutricional. Outro aspecto relevante é o crescimento da alocação de recursos para essa finalidade ao longo dos exercícios. Se compararmos o valor alocado em 2007, R\$ 537.617.904,00, com 2011 (valores iniciais), R\$ 1.018.931.000,00, encontramos um crescimento de 89,53%.

No entanto, cabe maior atenção do governo e da sociedade civil ao que se refere ao desempenho da execução orçamentária e financeira, considerados os valores pagos, obtidos no período 2007-2010 (49,15%), requerendo o monitoramento e controle social por parte de todos os envolvidos nesse processo.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2007-2011

R\$ 1,00

Exercício	Nº de Programas de SAN	Nº de Ações de SAN	Valor atual ações finalísticas	Valor inicial SAN	Valor atual SAN	Incremento / redução	%	Pago	Desempenho %
2007	38	130	2.757.726.683	562.026.996	537.617.904	-24.409.092	-4,34	323.469.315	60,17
2008	68	452	3.801.764.285	798.264.099	799.714.607	1.405.508	0,18	500.354.123	62,57
2009	60	342	4.758.710.430	798.827.800	925.153.727	126.325.927	15,81	538.315.834	58,19
2010	54	342	5.694.525.805	922.330.917	1.355.987.167	433.656.250	47,02	920.094.295	67,85
2011	55	286	5.258.415.131	1.018.931.000	1.018.931.000	0	0	0	0
TOTAL	55	310	22.271.145.334	4.100.380.812	4.637.404.405	537.023.593	13,10	2.279.367.457	49,15

Fonte: Sistema Informatizado de Planejamento (Siplan)

Foram considerados somente valores pagos

Exclusive "Restos a Pagar"

Os totais "nº de programas de San" e "nº de ações de San" correspondem à média de todos os exercícios

Valores do exercício de 2011 são iniciais.

Representação das ações de SAN em relação à programação total finalística :: **20,82%**

Atualizado em fevereiro/2011

ESTADO DA BAHIA :: MATRIZ PROGRAMÁTICA 2007-2011

Programas com ações de Segurança Alimentar e Nutricional

R\$ 1,00

Programa	Valor inicial	Valor atual	Incremento / redução	%	Pago	Desempenho %
Ações de Apoio Administrativo do Poder Executivo	29.000.000	30.244.853	1.244.853	4,29	28.353.986	93,75
Água para Todos - PAT	680.741.677	994.993.410	314.251.733	46,16	472.217.016	47,46
Ampliação da Oferta Hídrica para o Semi-árido - Pró-água	89.606.000	97.119.023	7.513.023	8,38	57.822.127	59,54
Atenção Integral à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravo	2.413.000	1.641.137	-771.863	-31,99	1.032.761	62,93
Avaliação Constante: Um Monitoramento de Qualidade	4.740.000	5.675.030	935.030	19,73	3.208.590	56,54
Bahia Alerta: Defesa Civil	160.000	160.000	0	0,00	0	0,00
Bahia Jovem: Oportunidades e Direitos	4.750.000	4.674.000	-76.000	-1,60	2.406.594	51,49
Bahia Protegida: Fiscalização do Trânsito de Animais e Vegetais	8.755.000	10.317.025	1.562.025	17,84	4.665.946	45,23
Bahia que Produz: Sanidade Animal e Vegetal	30.840.000	41.062.512	10.222.512	33,15	23.421.248	57,04
Bahia Saudável: Segurança Alimentar com Qualidade	5.315.000	5.584.117	269.117	5,06	2.885.084	51,67
Bahia Solidária: Mais Trabalho e Renda	37.836.800	24.319.420	-13.517.380	-35,73	8.622.136	35,45
Bahia UrGente: Políticas Assistenciais, Compensatórias e Emergenciais	12.764.000	35.078.137	22.314.137	174,82	19.335.057	55,12
Biossustentável: Produção e Uso de Biocombustíveis da Bahia	2.210.000	2.110.000	-100.000	-4,52	27.912	1,32
Cadeias Produtivas	17.751.000	15.017.319	-2.733.681	-15,40	9.663.864	64,35
Cidades Sustentáveis: Desenvolvimento Urbano	100.000	100.000	0	0,00	0	0,00
Conservação e Sustentabilidade do Patrimônio Natural	49.705.945	53.222.566	3.516.621	7,07	22.730.077	42,71

ESTADO DA BAHIA :: MATRIZ PROGRAMÁTICA 2007-2011

Programas com ações de Segurança Alimentar e Nutricional

R\$ 1,00

Programa	Valor inicial	Valor atual	Incremento / redução	%	Pago	Desempenho %
De Olho na Natureza: Gestão dos Recursos Ambientais, Fomento a Tecnologias Limpas, Normatização e Procedimentos	34.212.000	27.386.139	-6.825.861	-19,95	18.758.056	68,49
Defesa Civil	21.878.000	28.100.610	6.222.610	28,44	17.429.517	62,03
Desenvolvimento Ambiental - PDA	23.925.000	14.660.302	-9.264.698	-38,72	104.849	0,72
Desenvolvimento da Irrigação	29.603.000	19.711.570	-9.891.430	-33,41	11.514.964	58,42
Desenvolvimento Industrial com Adensamento das Cadeias Produtivas e Integração das Pequenas e Médias Empresas	9.312.000	11.430.140	2.118.140	22,75	50.718	0,44
Desenvolvimento Social Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais da Bahia	12.871.000	8.556.225	-4.314.775	-33,52	3.228.048	37,73
Desenvolvimento Social Sustentável em Comunidades Remanescentes de Quilombos	376.000	189.700	-186.300	-49,55	64.808	34,16
Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura e Pesca e Comercialização da Produção	42.584.000	75.312.996	32.728.996	76,86	27.492.846	36,50
Dias Melhores: Urbanização Integrada de Assentamentos Precários	409.349.000	423.852.194	14.503.194	3,54	103.797.574	24,49
Educação para Todos: Universalização da Educação Básica	33.110.000	35.796.000	2.686.000	8,11	27.354.811	76,42
Energia Alternativa Renovável	280.000	952.326	672.326	240,12	114.910	12,07
Esgotamento Sanitário, Drenagem e Manejo de Águas Pluviais	743.111.095	700.265.183	-42.845.912	-5,77	343.706.638	49,08
Fortalecimento da Gestão Municipal	2.235.000	1.559.516	-675.484	-30,22	246.179	15,79
Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais - APL	31.083.000	28.799.298	-2.283.702	-7,35	7.281.192	25,28

ESTADO DA BAHIA :: MATRIZ PROGRAMÁTICA 2007-2011

Programas com ações de Segurança Alimentar e Nutricional

R\$ 1,00

Programa	Valor inicial	Valor atual	Incremento / redução	%	Pago	Desempenho %
Frutos da Terra: Agroinvestimentos	28.569.000	11.486.300	-17.082.700	-59,79	4.362.220	37,98
Gente de Valor: Desenvolvimento de Comunidades Rurais nas Áreas mais Carentes do Estado da Bahia - Prodecar	81.082.000	81.392.396	310.396	0,38	45.282.015	55,63
Gerando Negócios: Apoio ao Trabalhador e a Micro, Pequeno e Médio Empreendimentos	88.741.000	107.881.641	19.140.641	21,57	49.733.248	46,10
Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos - PGRH II	16.694.000	11.405.000	-5.289.000	-31,68	214.751	1,88
Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano	651.000	200.000	-451.000	-69,28	0	0,00
Gestão das Políticas de Desenvolvimento Regional	992.000	1.008.896	16.896	1,70	60.650	6,01
Gestão do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - Sisan	3.749.000	1.799.156	-1.949.844	-52,01	470.777	26,17
Gestão do Sistema Penitenciário	112.203.000	125.656.068	13.453.068	11,99	81.213.187	64,63
Gestão dos Recursos Hídricos para o Desenvolvimento Sustentável	42.590.420	50.306.284	7.715.864	18,12	25.228.545	50,15
Gestão e Sustentabilidade da Educação Básica	226.900.000	268.020.500	41.120.500	18,12	167.510.478	62,50
Gestão Estratégica do Planejamento Governamental	130.000	231.800	101.800	78,31	94.844	40,92
Implementação de Projetos de Apoio à Produção e Infraestrutura Social	38.310.917	143.303.825	104.992.908	274,05	79.275.481	55,32
Inova Bahia: Desenvolvimento da Base Científica, Tecnológica e de Inovação	39.000	0	-39.000	-100,00	0	0,00
Integração e Operação das Práticas de Vigilância da Saúde	1.809.000	1.583.473	-225.527	-12,47	1.010.918	63,84

ESTADO DA BAHIA :: MATRIZ PROGRAMÁTICA 2007-2011

Programas com ações de Segurança Alimentar e Nutricional

R\$ 1,00

Programa	Valor inicial	Valor atual	Incremento / redução	%	Pago	Desempenho %
Mata Branca: Conservação e Gestão Sustentável do Bioma Caatinga	966.000	600.118	-365.882	-37,88	177.282	29,54
Modernização Institucional e Reestruturação dos Instrumentos de Gestão	5.320.000	3.279.249	-2.040.751	-38,36	3.119.767	95,14
Monitoramento e Controle Ambiental - Monitora	17.780.000	18.618.110	838.110	4,71	10.984.425	59,00
Organizando a Produção: Produtividade e Competitividade	16.890.000	64.695.373	47.805.373	283,04	40.448.430	62,52
Participação e Controle Social	1.749.000	837.723	-911.277	-52,10	194.172	23,18
Planejamento, Gestão e Política Ambiental	29.059.000	22.952.909	-6.106.091	-21,01	9.053.636	39,44
Políticas de Incentivos à Atração de Investimentos Agropecuários	6.395.000	5.402.938	-992.062	-15,51	2.911.309	53,88
Produzir: Programa de Combate à Pobreza Rural	129.589.267	219.944.792	90.355.525	69,72	118.887.632	54,05
Promoção da Igualdade Racial e de Gênero	101.000	6.624	-94.376	-93,44	624	9,42
Promoção de Parcerias: Compromisso de Todos	1.960.000	0	-1.960.000	-100,00	0	0,00
Qualificar: Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária para a Agricultura Familiar	106.760.000	114.083.298	7.323.298	6,86	53.229.320	46,66
Recuperação Ambiental da Baía de Todos os Santos - BTS	5.330.000	4.896.714	-433.286	-8,13	4.719.148	96,37
Reforma Agrária	33.252.000	36.319.376	3.067.376	9,22	16.731.653	46,07
Regularização Jurídico-fundiária em Áreas Urbanas	4.782.000	2.451.885	-2.330.115	-48,73	275.582	11,24
Reviver Nossas Águas e Renascer Nossa Terra: Recursos Naturais	10.780.000	2.461.000	-8.319.000	-77,17	724.555	29,44
Saneamento é Vida: Ampliação e Qualidade dos Serviços	266.858.996	190.399.505	-76.459.491	-28,65	124.670.568	65,48
Segurança Alimentar e Nutricional	140.421.000	136.252.243	-4.168.757	-2,97	78.412.474	57,55

ESTADO DA BAHIA :: MATRIZ PROGRAMÁTICA 2007-2011

Programas com ações de Segurança Alimentar e Nutricional

R\$ 1,00

Programa	Valor inicial	Valor atual	Incremento / redução	%	Pago	Desempenho %
Sertão Produtivo: Dinamização das Cadeias Produtivas do Semiárido	17.331.000	30.085.502	12.754.502	73,59	20.797.149	69,13
Tecnologia Ambiental, Fitoterápica e Desenvolvimento Sustentável	12.291.945	452.145	-11.839.800	-96,32	29.428	6,51
Terra da Gente: Fortalecimento das Cadeias Produtivas Agropecuárias	190.802.000	194.050.936	3.248.936	1,70	84.347.872	43,47
Terra de Valor: Desenvolvimento de Comunidades Rurais nas Áreas mais Carentes do Estado da Bahia - Prodecar	25.071.000	25.422.220	351.220	1,40	13.627.970	53,61
Terra para Plantar: Reforma Agrária	22.491.000	20.289.155	-2.201.845	-9,79	4.280.461	21,10
Tudo Limpo - Resíduos Sólidos	505.000	504.157	-843	-0,17	47.788	9,48
Valorização dos Ativos Ambientais, Promoção do Conhecimento e Inovação	24.728.750	30.445.852	5.717.102	23,12	17.303.352	56,83
Velho Chico Vivo	16.089.000	10.786.494	-5.302.506	-32,96	2.398.238	22,23
TOTAL	4.100.380.812	4.637.404.405	537.023.593	13,10	2.279.367.457	49,15

Fonte: Sistema Informatizado de Planejamento (Siplan)

Foram considerados somente valores pagos

Exclusive "Restos a Pagar"

Atualizado em fevereiro/2011

Os dados dos programas apresentados não consideram órgãos que porventura desempenhem o papel de coordenador do programa, considerando a sua interrelação com outros órgãos e a sua execução conjunta, a exemplo do Programa Água para Todos, que possui ações em diversos órgãos do Poder Executivo Estadual.

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM FOCO

Ministério da Saúde e Indústria alimentícia firmam acordo para reduzir teor de sódio em 16 categorias de alimentos

O acordo firmado em abril/2011 prevê a redução do consumo de sal pela população para menos de 5g por pessoa/dia até 2020, mediante a redução do teor de sódio em categorias prioritárias de preparação disponíveis para consumo e alimentos processados. O sódio é um mineral que, em excesso, pode causar hipertensão arterial.

O objetivo é reduzir gradualmente a taxa de sódio até 2012 e intensificar a redução nos dois anos seguintes. Para massas instantâneas, a redução chega a 30% na quantidade de sódio em 01 ano. Significa limitar a 1,9g de sódio utilizado nas massas até 2012.

Para pães de forma industrializados, a meta é limitar o teor máximo de sódio em 645mg/100g até 2012, e em 522mg/100g até 2014. Para as bisnaguinhas industrializadas, a meta é alcançar teor máximo de sódio de 531mg/100g até 2012, e de 430mg/100g até 2014.

Os dados mais recentes mostram que o brasileiro consome, em média, 9,6g de sal por dia; duas vezes mais do que o recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Fonte: Jornal A Tarde. Por Fabiana Mascarenhas, em 01/maio/2011.

BAHIA DOMICÍLIOS POR NÍVEL DE SEGURANÇA ALIMENTAR (%)

Nível	BAHIA	BRASIL
SEGURANÇA ALIMENTAR	58,8	69,8
INSEGURANÇA ALIMENTAR - TOTAL	41,2	30,2
INSEGURANÇA ALIMENTAR LEVE	21,5	18,7
INSEGURANÇA ALIMENTAR MODERADA	10,8	6,5
INSEGURANÇA ALIMENTAR GRAVE	8,9	5,0

Fonte: IBGE - Suplemento de Segurança Alimentar (PNAD) 2009

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM FOCO

O encontro da Agricultura Familiar com a Alimentação Escolar

A Lei nº 11.947/2009, em seu Art.14, estabelece que, do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no mínimo 30% deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

A Bahia e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O Governo do Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria da Educação, vai investir neste ano, R\$ 27 milhões na compra de produtos da agricultura familiar para a alimentação em escolas da rede estadual de ensino, composta por 1.476 unidades escolares.

A Agricultura Familiar na Bahia

A Bahia contabiliza 665.831 propriedades rurais que produzem:

- 83% do feijão;
- 91% da mandioca;
- 44% do milho;
- 52% do leite;
- 60% das aves;
- 76% dos suínos e
- 41% do arroz.

Comunidade Alimentação Escolar

Acesse. Participe.

<http://territoriosdacidadania.gov.br/principal>

Fonte das informações:

1. O Encontro da Agricultura Familiar com a Alimentação Escolar. Cartilha FNDE/MDA.
2. Estado comprará R\$ 27 milhões em merenda escolar da agricultura familiar. Diário Oficial do Estado da Bahia, Educação: 12 e 13 de fevereiro de 2011. Editora Egba, Salvador, Bahia.

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM FOCO

Introdução de outros alimentos durante a amamentação altera o paladar e aumenta o risco de obesidade

Por algumas décadas, equipes de pesquisadores do Brasil, África do Sul, Guatemala, Filipinas e Índia avaliaram regularmente o crescimento de 10.912 crianças. As que começaram a receber outros alimentos além do leite materno antes dos 6 primeiros meses de vida – o que ocorreu com 69% dos bebês da amostra brasileira, acumularam mais gordura corporal ao longo da vida. Quanto mais cedo consumiam papinhas, sucos e outros tipos de leite, mais gordura concentraram, o que eleva o risco de problemas cardíacos e de acidente vascular cerebral, responsáveis por 30% de mortes no mundo.

Portanto, é imprescindível oferecer proteção ao bebê e alimentá-lo adequadamente durante os 270 dias da gestação mais os dois primeiros anos de vida.

Fonte: Revista Pesquisa Fapesp. Por Ricardo Zorzetto, em janeiro/2011.

Envie sua pauta, matérias, comentários e sugestões para a nossa próxima edição.
Divulgue as políticas públicas de SAN do seu município.

Contatos por e-mail drigaspari@yahoo.com.br - robertafagm@gmail.com

**O Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável
diz respeito a todos os seres humanos.**

IV CONFERÊNCIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

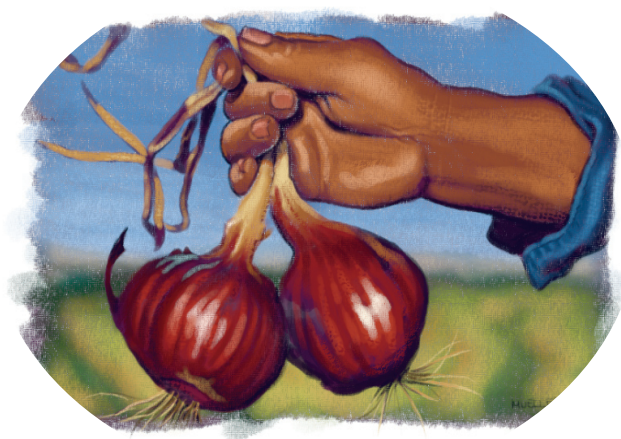
ETAPAS: TERRITORIAIS :: de 01/06 a 31/07/2011

ESTADUAL :: de 08 a 10/09/2011

- Estado da Bahia -

Tema: “Alimentação Adequada e Saudável: Direito de Todos”.

É nosso direito!



COLHA ESSES FRUTOS.

Informe-se. Participe.

Mais informações podem ser obtidas no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado da Bahia - Consea-BA.

Tel: 71 3115-9866 :: e-mail conseabahia@gmail.com